

INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

Profª Drª Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB 10/881

Correio eletrônico: eliane_moro@yahoo.com.br

Profª Drª Lizandra Brasil Estabel – CRB 10/1405

Correio eletrônico: lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Área 1: Fundamentos Teóricos de la Bibliotecología y Ciencia de la Información

Resumo: Apresenta o panorama da legislação internacional e brasileira vigentes no que se refere à acessibilidade em bibliotecas e a sua importância para a formação do profissional da informação. Aborda os aspectos da informação e o atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) e as limitações (físicas, sensoriais, intelectuais e mentais). Destaca a prática da inclusão, das políticas públicas que sinalizam ações institucionais e profissionais, para que a realidade do sujeito com necessidades especiais seja atendida, representando um desafio no cenário educacional, informacional e social, atendidos pelo bibliotecário. Relata a oferta das Disciplinas Tópicos Especiais em Sistemas de Informação aos acadêmicos do Curso de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS, de duas edições do Curso de Extensão “Inclusão e Acessibilidade para Todos” nos semestres letivos 2011/2 e 2012/2 em parceria institucional com o IFRS-Câmpus Porto Alegre, ampliando o atendimento aos alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia e aos profissionais que atuam em bibliotecas (de instituições públicas e privadas) e em outras instituições públicas. Apresenta a aprovação e criação da Disciplina eletiva Informação e Acessibilidade em Bibliotecas no Currículo do Curso de Biblioteconomia a partir do semestre 2013/1 contribuindo na formação do profissional da informação para o acesso e uso da informação para todos.

Palavras-Chave: Informação. Acessibilidade. Bibliotecas.

1 INTRODUÇÃO

A prática da inclusão, bem como as políticas públicas que sinalizam ações institucionais, para que a realidade da pessoa com deficiência seja atendida, representam um grande desafio no cenário da Educação. Nesse sentido, na atuação profissional, o educador e o profissional da informação devem ter competências para atuar na diversidade, conhecer as possibilidades de aprendizagem e assumir a função de mediador no processo de inclusão e de acessibilidade das Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) no ambiente da família, da escola, da biblioteca e da sociedade.

A Federação Internacional de Associação de Bibliotecas e Instituições (IFLA)/UNESCO, publicou, em 2009, o Relatório Profissional nº 86, intitulado “Bibliotecas para Cegos na Era da Informação: diretrizes de desenvolvimento” tendo como foco o “serviço de biblioteca eficiente para pessoas incapazes de utilizar material impresso” e a

necessidade de tornar a informação disponível através de diretrizes e padrões para a estrutura dos serviços de atendimento para satisfazer as necessidades dos usuários com limitação sensorial. Além disso, as políticas públicas de inclusão abrangem os recursos físicos e tecnológicos, entre outros, para o acesso, a participação e a inclusão no processo de informação e de novas aprendizagens.

Segundo o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: o Viver sem Limite (2011), o Brasil possui aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência, contingente de população que vive e tem direito de estudar e trabalhar, de se locomover em todos os espaços possíveis para sua realização pessoal e profissional e que tem direito de acesso e uso da informação para atender as suas necessidades de aprender e de atuar no mundo do trabalho que respeite a diversidade e que inclua a todos e a todas. Este Plano apresenta como eixos: o acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade.

Em consonância com os eixos deste Plano e com a (IFLA)/UNESCO no seu Relatório Profissional nº 86, considera-se a importância dos Cursos de Biblioteconomia incluírem nos seus Currículos e na formação do profissional da informação os conteúdos relacionados à Acessibilidade e à Inclusão social e digital. Diante do exposto, foi realizada a Disciplina de Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação (BIB03348), nos semestres de 2011/2 e 2012/1, concomitante com o Curso: Inclusão e Acessibilidade para TODOS I e II, que foram realizadas para os alunos do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bem como, para os alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)-Câmpus Porto Alegre e da comunidade em geral, atingindo nas suas duas edições (Disciplina e Curso) aproximadamente 300 pessoas, com o objetivo de discutir e propor estratégias para que os Acadêmicos de Biblioteconomia, alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia e profissionais, tenham competência para gerar e gerir ações de acesso e uso da informação

e das Tecnologias de Informação e de Comunicação promovendo a acessibilidade para TODOS em bibliotecas.

2 A LEGISLAÇÃO E A ACESSIBILIDADE NO BRASIL

O Artigo 205 da Constituição Federal Brasileira (1988) preconiza que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada em colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, publicou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que trata sobre a universalização do acesso à educação e promoção da equidade e determina que as necessidades básicas de aprendizagem das PNEs requerem atenção especial. “É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” (UNESCO, 1990, p.3). Também em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N.º 8069 de 13 de julho de 1990 que reforça o atendimento educacional das PNEs na rede regular de ensino e trata da igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Em 1994, em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, com a cooperação da UNESCO, que contou com a presença de representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais ocasião em que foi reafirmado o compromisso para com a Educação para Todos e proclamada a Declaração de Salamanca, que trata sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. O termo utilizado “necessidades educacionais especiais” se refere a “todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.” Em consonância com a Declaração de Salamanca é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), através da Lei Nº

9.394 de 20 de dezembro de 1996, cujo Capítulo V trata sobre a Educação Especial e são utilizadas as nomenclaturas “educandos portadores de necessidades especiais” e “educandos com necessidades especiais”. Em relação à LDBEN, pode-se constatar que há uma modificação com referência às leis brasileiras anteriores na medida em que os sistemas de ensino, devem assegurar às PNEs, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades de seus alunos. Desta forma, passa a instituição a buscar formas de adaptação para melhor atender os seus educandos nas suas necessidades e capacitação de seu corpo docente, seguindo as diretrizes da Declaração de Salamanca.

Em relação ao Ensino Superior e a inclusão das PNEs, em 8 de maio de 1996 é emitido o Aviso Circular Nº 277/MEC/GM para os reitores das IES (Instituições de Ensino Superior) propondo a execução adequada de uma política educacional dirigida às PNEs que possibilite que venham a alcançar níveis cada vez mais elevados do seu desenvolvimento acadêmico. Registra o esforço que as IES empreendem no sentido de adequar-se, estruturalmente, para criar condições próprias, de forma a possibilitar o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao Ensino Superior e sugere formas de facilitar o acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior.

Em 2001, o governo promulga as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, baseada nos princípios da preservação da dignidade humana, busca da identidade e exercício da cidadania. A busca da identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduzindo no direito à igualdade e no respeito às diferenças.

No ano de 2001, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, o Plano Nacional de Educação apresenta nas suas diretrizes que “a educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos”. (BRASIL, 2001, p.3).

A Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 dispõe sobre requisitos de acessibilidade de PNEs, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de

cursos e de credenciamento de IES. No Art. 1º determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de IES, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como modalidade de ensino complementar à escolarização aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em 2009 o Brasil, por meio do Decreto nº 6949, ratifica a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), afirmando o compromisso de garantir um sistema educacional inclusivo.

A partir destas propostas acredita-se que o sistema educacional brasileiro busca possibilitar que seus educandos tenham condições de desenvolverem-se como cidadãos em uma educação fundamentada no atendimento à diversidade e no direito à educação para todos. Possibilitar a inclusão de todos no sistema educacional, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, é um processo permanente e irreversível, uma eterna construção e reconstrução, baseada nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros; e, aprender a ser.

3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

A formação de bibliotecários, através dos Cursos de Graduação, deve ter a preocupação de incluir em seus Currículos disciplinas que possibilitem a competência do profissional da informação para o atendimento aos cidadãos, no acesso e uso da informação em bibliotecas ou em centros de informação, atendendo a todas as limitações (físicas, sensoriais, intelectuais e mentais). A prática da inclusão, bem como as políticas públicas que sinalizam ações institucionais e profissionais, para que a realidade do sujeito com necessidades especiais seja atendida, representam um grande desafio no cenário educacional, informacional e social. Nesse sentido, na atuação profissional, os bibliotecários

devem estar preparados e sensibilizados, devem ter competência para atuar na diversidade, conhecer as possibilidades de aprendizagem e assumir a função de mediadores no processo de inclusão e de acessibilidade das PNEs no espaço da biblioteca, das redes sociais e da sociedade.

A formação do profissional bibliotecário, nesse contexto, passa pela necessidade de apropriação de embasamento teórico específico, pela reflexão sobre a atuação profissional e pela disposição de tornar a informação acessível para todos, em busca de uma ação inclusiva mais efetiva e humanizada diante das demandas que se apresentam e na gestão de bibliotecas. A biblioteca acessível se caracteriza em disponibilizar a informação e a acessibilidade para as PNEs em um processo de inclusão e de cidadania através das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) acessíveis.

Os Currículos dos Cursos de Biblioteconomia estão em constante atualização para acompanhar os avanços da Sociedade do Conhecimento, no que tange à formação acadêmica do bibliotecário, buscando a competência informacional como uma das características do profissional atual no mundo do trabalho, além da formação instigando o pensamento crítico e reflexivo voltado para a pesquisa. Os bibliotecários devem promover, nas bibliotecas, a livre circulação da informação acessível pelas TICs eletrônicas e bibliográficas. Além disso, o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, de 2011, realizado em Maceió-AL, teve como tema principal “Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social”, espaço em que se discutiu a necessidade da inclusão, nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia, de disciplinas com o conteúdo programático que contemplem os temas apresentados e discutidos no referido Evento.

A Comissão de Graduação (COMGRAD) do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação (DCI) da FABICO/UFRGS sempre esteve atenta e receptiva às mudanças e alterações curriculares que contribuam com a formação de qualidade e de competência do profissional bibliotecário. Nos dois semestres letivos de 2011/2 e 2012/1 foram oferecidos, os conteúdos sobre informação e acessibilidade em

bibliotecas acessíveis, através da realização da Disciplina Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação (BIB03348) que teve a procura e a participação significativa de alunos do Curso de Biblioteconomia cursando através de efetivação de matrícula, sendo que a procura foi bem maior que o número de vagas oferecidas. Por esse motivo, foi planejado e ofertado o conteúdo programático através do Curso de Extensão “Inclusão e Acessibilidade para Todos I” no semestre letivo 2011/2 em parceria institucional com o IFRS- Câmpus Porto Alegre, ampliando o atendimento aos alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia e aos profissionais que atuam em bibliotecas (de instituições públicas e privadas).

No ano seguinte, em relação ao semestre letivo 2012/1, foi novamente oferecida a Disciplina “Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação” (BIB03348) em caráter eletivo, quando a procura foi intensa extrapolando o limite de vagas novamente. Como no semestre anterior, foi realizada a segunda oferta concomitante através do Curso de Extensão: “Inclusão e Acessibilidade para Todos II” discutindo a temática do conteúdo curricular, mas apresentando em formato de ciclos de palestras.

Além dos acadêmicos do Curso de Biblioteconomia matriculados, a procura foi tão intensa que extrapolou o número de vagas, calcadas na capacidade física do Auditório da FABICO/UFRGS, 150 lugares, sendo necessária a utilização de critérios de seleção para o aceite da inscrição e preenchimento das vagas. Na segunda edição do Curso, repetiu a parceria institucional, UFRGS e IFRS/Câmpus Porto Alegre, atendendo profissionais de diferentes áreas de habilitação (Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Biblioteconomia, Arquitetura, Pedagogia, entre outros) além dos acadêmicos de Biblioteconomia e dos alunos do Curso Técnico em Biblioteconomia, ressaltando-se a participação de pessoas oriundas de cidades da região metropolitana e do interior do Estado.

3.1 Curso Inclusão e Acessibilidade Para Todos I e II

O Curso Inclusão e Acessibilidade Para Todos I e II, nas suas duas edições, em 2011/2 e 2012/1, se desenvolveu na modalidade presencial, com duração de 80h e 40h

respectivamente. Foi ministrado por um elenco de profissionais com pós-graduação *stricto sensu* e competência profissional na área de atuação. Através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) MOODLE, todos os materiais e conteúdos foram disponibilizados para que os participantes pudessem acessar e interagir.

São os objetivos do Curso: sensibilizar os alunos, professores e técnicos administrativos para a realidade da educação inclusiva, da acessibilidade e do exercício da cidadania; possibilitar a apropriação de referencial teórico e de práticas profissionais através de dinâmicas e atividades propiciadas no desenvolvimento do Curso proposto; estimular a formação atitudinal e o rompimento das barreiras físicas, educacionais, arquitetônicas e informacionais, propiciando o atendimento às necessidades de TODOS; instrumentalizar os participantes para a mediação e a dialogicidade promovendo a 'educação para a convivência' e a aceitação da diversidade e estimular o acesso de uso de TICs Acessíveis e de Tecnologias Assistivas, como forma de acessibilidade e inclusão das PNEs no acesso à informação em bibliotecas.

Os temas abordados e desenvolvidos ao longo do Curso, atenderam a uma demanda da comunidade, a fim de discutirem temas atuais relacionados à inclusão da pessoa com deficiência na instituição educacional, no trabalho, na biblioteca, no uso das tecnologias e na sociedade, que possibilitassem um embasamento teórico e discussão com os especialistas, para a qualificação do público participante.

Na primeira edição, os temas e palestrantes do Curso são apresentados no Quadro, a seguir:

Tema	Palestrante
As PNEs , a diversidade e a sociedade	Profª Drª Maria Cristina Caminha de Castilhos França (IFRS)
Fundamentos da Educação Inclusiva e da Acessibilidade	Profª Drª Eliane L. da Silva Moro Profª Drª Lizandra Brasil Estabel
Inclusão em Três Tempos: a História, a Urgência e a Esperança	Profª Drª Márcia Amaral C. de Moraes (IFRS)
Interação surdo e ouvinte. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Profª MS Carolina Comerlatto Sperb (IFRS) Profª Drª Helén Scorsatto Ortiz (IFRS)
Superando o imprevisível: uma lição de vida e bom humor	Publicitária Juliana Carvalho (Figura 1)
PNEs com limitação visual: informação, educação e inclusão	Profª Drª Lizandra Brasil Estabel Téc. em Biblioteconomia Alessandra Cantoni

Contribuições da Psicopedagogia...inclusão e acessibilidade	Profª Drª Clarice Monteiro Escott (IFRS)
Acessibilidade em Bibliotecas	Bibliotecário Filipe X. da Silveira (IFRS) Bibliotecária Tamini Farias Nicoletti (FEE)
Tecnologias Inclusivas: Rampas para a cidadania	Profª Drª Debora Conforto (NIEE/UFRGS)

Quadro 1: Apresentação dos temas e palestrantes do Curso Inclusão e Acessibilidade Para Todos I



Figura 1: Palestrante Juliana Carvalho

Na segunda edição do Curso, os temas e palestrantes são apresentados no Quadro, a seguir:

Tema	Palestrante
A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Ana Maria Machado da Costa (Auditora Fiscal do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE)
A Pessoa com Deficiência e a Legislação	Jorge Amaro Borges (FADERS) Gustavo Albuquerque (Egalitê RH Especiais)
Plano Viver sem Limites Plano RS sem Limites	Profª Drª Eliane L. da Silva Moro Profª Drª Lizandra Brasil Estabel Jorge Amaro Borges (FADERS)
O Acesso e Uso da Informação pelo Surdo Biblioteca da Escola Estadual Técnica em Saúde, no HCPA: inclusão e acolhimento	Profª Ms Carolina Sperb (IFRS) Bibliotecária Katia Soares Coutinho (ETS) Téc. em Biblioteconomia Alessandra Cantoni
Processos Globais do Desenvolvimento: uma visão psicopedagógica Relato de Experiência: Produção de vídeo-aulas	Profª Drª Clarice Monteiro Escott (IFRS) Crystian Nunes de Lima (aluno do Instituto Santa Luzia-PO/RS)
Tecnologias Inclusivas	Profª Drª Debora Conforto (NIEE/UFRGS) Prof. Ms. Rodrigo Prestes Machado (IFRS)
Inclusão e Acessibilidade na Arquitetura	Arq. Milene Liska (IFRS) Arq. Luíza Loder (IFRS)
Biblioteca Acessível	Profª Drª Eliane L. da Silva Moro Profª Drª Lizandra Brasil Estabel

Quadro 2: Apresentação dos temas e palestrantes do Curso Inclusão e Acessibilidade Para Todos II

As aulas foram realizadas através de palestras, leituras de textos, discussões no Fórum do AVA MOODLE, seminários (Figura 2) e construção textual sobre os temas desenvolvidos.



Figura 2: Participantes do Curso Inclusão e Acessibilidade Para Todos II

Este Curso, nas suas duas edições, segundo avaliação realizada ao final de cada etapa, foi de grande importância para a formação e qualificação do profissional bibliotecário e dos demais alunos e profissionais participantes.

O Curso de Extensão: acessibilidade e inclusão para todos I e II contribuiu não só com minha formação acadêmica, mas também foi importante na minha formação como pessoa. Após o Curso meu olhar para observar o mundo mudou, assim como mudou minha maneira de olhar o Outro. Posso afirmar que o curso de extensão me transformou numa pessoa melhor graças ao conhecimento que adquiri em cada palestra. Nas palestras pude compreender melhor a importância e a necessidade da acessibilidade em nossas vidas. Pois é através da acessibilidade que conseguiremos tornar os ambientes inclusivos para todos, não fazendo nenhum tipo de distinção entre as pessoas. (GSG- aluna do Curso de Biblioteconomia).

As vivências compartilhadas pelos palestrantes e professores no Curso mudaram a minha visão de mundo. O Curso ampliou meu olhar para tanta coisa que passava despercebida por mim e pude notar o quanto posso fazer a diferença. [...] Quanto aos assuntos tratados foram bem diversificados, abrangendo tanto maneiras atitudinais aos PNEs quanto à adaptação do espaço físico para bibliotecas acessíveis apresentados pelos projetos das arquitetas. E, certamente, o Curso contribuirá na minha vida profissional, na minha posição diante da sociedade, na minha atuação com técnica em Biblioteconomia e, assim como já contribui, e muito na minha vida pessoal. Já estou tendo a oportunidade de colocar os ensinamentos em prática! (GN- aluna do Curso Técnico em Biblioteconomia).

Para mim foi extremamente gratificante em termos pessoais e profissionais ter participado destes Cursos de Extensão. (FXS-bibliotecário)

3.2 Da Disciplina Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação para a Disciplina Eletiva Informação e Acessibilidade em Bibliotecas

Aos alunos matriculados na Disciplina de “Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação” foi solicitada, como atividade final de avaliação, a aplicação do documento “Checklist: Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas” elaborado pela acadêmica Tamini Farias Nicoletti por ocasião do seu Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) sob orientação da professora Eliane Lourdes da Silva Moro. O Checklist foi validado e aplicado em dez bibliotecas públicas da região metropolitana de Porto Alegre-RS e apresentou significativos resultados ocorrendo, inclusive, solicitações de coordenadores de Bibliotecas Públicas para o acesso ao documento com a finalidade de avaliar a acessibilidade nas instituições públicas visitadas.

Na avaliação realizada, ao final da Disciplina, os alunos indicaram a importância da oferta de uma disciplina eletiva desenvolvendo os conteúdos programáticos trabalhados nos dois semestres letivos e destacando a importância dos temas sobre acessibilidade em bibliotecas para a formação do bibliotecário. Ao final do semestre letivo, as indicações e sugestões dos acadêmicos de Biblioteconomia, foram levadas em consideração através da elaboração de símula, objetivos, conteúdo programático, metodologia, carga horária, experiências de aprendizagem, critérios de avaliação e bibliografia e encaminhada como Disciplina Eletiva para a COMGRAD de Biblioteconomia, a qual foi analisada e aprovada para oferta na grade curricular a partir do semestre letivo 2013/1, intitulada “Informação e Acessibilidade em Bibliotecas”. A Disciplina aprovada possui três créditos e a carga horária de 45 horas, apresentando a seguinte Símula: “Informação e Acessibilidade em Bibliotecas para Pessoas com Necessidades Especiais”. O objetivo geral pretende “discutir e propor estratégias para que os Acadêmicos de Biblioteconomia tenham competência para gerar e gerir ações de acesso e uso da informação e das Tecnologias de Informação e de Comunicação promovendo a acessibilidade para TODOS em bibliotecas” e os objetivos específicos apontam os seguintes: “estimular o acesso e o uso de Tecnologias de

Informação e de Comunicação Acessíveis e de Tecnologias Assistivas, como forma de acessibilidade e inclusão das PNEs no acesso à informação em bibliotecas; sensibilizar os acadêmicos para a realidade da educação inclusiva e da acessibilidade à informação e ao exercício da cidadania; estimular a formação atitudinal e o rompimento das barreiras físicas e informacionais propiciando o atendimento às necessidades de TODOS ao acesso às bibliotecas e instrumentalizar os acadêmicos para a mediação e a dialogicidade promovendo a educação para a convivência e a aceitação da diversidade. O conteúdo programático e a distribuição nas dezoito semanas letivas é apresentado no Quadro 3:

Semana	Título	Conteúdo
1 a 2	Acessibilidade em Informação.	Acessibilidade em bibliotecas (públicas, escolares, universitárias, especializadas, especiais e comunitárias).
3 a 4	PNEs: conceituação	Pessoas com Deficiência: - Sensorial: cegos e surdos - Física - Mental - Intelectual
5 a 6	Legislação sobre Pessoas com Deficiência	Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) Declaração de Salamanca Declaração de Madri Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Nº 12.470 de 31 de agosto de 2011: BPC Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Plano Nacional da Pessoa com Deficiência Decreto Nº 7612 de 17 de novembro de 2011 Portaria Nº 3 de 7 de maio de 2007 (Institucionaliza o modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico e-Mag).
7 a 9	Plano Nacional da Pessoa com Deficiência	Eixos: Acesso à Educação Atenção à Saúde Inclusão Social Acessibilidade
10 a 11	Tecnologias Assistivas no Ambiente da Biblioteca	Tecnologias Assistivas e espaços de interação. Tecnologias Assistivas para limitações motoras. Tecnologias Assistivas para cegos. Tecnologias Assistivas para surdos. Tecnologias Assistivas para PNEs.
12 a 13	Acessibilidade na WEB	Validadores de páginas virtuais e validação manual. e-MAG: modelo de acessibilidade de governo eletrônico.
14 a 15	Checklist: Avaliação das Condições de Acessibilidade em	Bibliotecas Acessíveis para Todos. Bibliotecas para Cegos na Era da Informação: diretrizes de

Semana	Título	Conteúdo
	Bibliotecas	desenvolvimento (IFLA) Checklist para Bibliotecas: instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas Validação do Instrumento Checklist.
16 a 18	Bibliotecas Acessíveis para Todos	Apresentação da Validação do Checklist de Acessibilidade em Bibliotecas. Análise dos dados coletados. Apresentação do Relatório Final.

Quadro 3: Apresentação do Conteúdo Programático da Disciplina “Informação e Acessibilidade em Bibliotecas”.

No aspecto metodológico, as aulas serão realizadas através de leituras de textos, discussões, seminários e construção textual sobre os temas desenvolvidos. Os alunos publicarão as atividades individuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) MOODLE caracterizando a Disciplina na modalidade presencial, mas com utilização do AVA, mediado por computador. Serão realizadas palestras com especialistas sobre os temas desenvolvidos, além de atividades individuais e de grupos, aulas expositivas e dialogadas, seminários, relatos finalizando com uma atividade prática de validação do *Checklist* de Acessibilidade em Bibliotecas e a realização de um projeto de estudo com aplicação, análise e apresentação de relatório escrito e oral dos resultados do *Checklist*, através de um workshop com a participação de todos os alunos matriculados na Disciplina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão devem promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e representam importantes realizações e experiências na formação do bibliotecário. Neste aspecto, o ensino e a extensão propiciaram novas aprendizagens e ofereceram subsídios para orientar os profissionais, acadêmicos, alunos e demais participantes a modificarem também a sua percepção sobre a acessibilidade contribuindo também para a competência profissional e acadêmica que possibilitem a promoção da inclusão e da acessibilidade de PNEs na sociedade, no acesso à informação e no exercício da cidadania.

As avaliações realizadas pelos participantes dos dois Cursos e da Disciplina de Tópicos Especiais apontaram para a importância e a necessidade de espaços de apresentação, discussão, construção de conhecimentos sobre o tema de significativa importância, em uma sociedade inclusiva e na vigência de legislação que preconiza o acesso à informação e a acessibilidade para TODOS.

A oferta das duas edições do Curso de Extensão Inclusão e Acessibilidade para TODOS, em uma proposta interinstitucional realizada pela FABICO/UFRGS e o IFRS-Câmpus Porto Alegre, concomitantemente com a Disciplina Tópicos Especiais mostrou a possibilidade de que a ciência pode ser uma entre tantas possibilidades educativas e de formação para que os alunos, professores e técnicos possam continuar a aprender ao longo da vida e perceber os diferentes sujeitos em múltiplos espaços, promovendo na Instituição e na sociedade a cultura da 'educação para a convivência' e aceitação da diversidade. Além disso, oportunizou a criação e a oferta de uma nova Disciplina eletiva, "Informação e Acessibilidade em Bibliotecas" ampliando o cenário do currículo na formação de novas competências ao profissional bibliotecário, no contexto da Sociedade do Conhecimento, do acesso e do uso da informação, da inclusão social e da biblioteca acessível para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL.(2011).Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados : resolução nº 41/95**. Disponível em: < <http://www.bioetica.ufrgs.br/conanda.htm> >. Acesso em: 18 jul. 2011.

_____.(2011).Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União. Brasília: 14 de set.2001. Seção 1E p.39-40.

_____.(1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial

_____.(2011).**Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <<http://legislação.planalto.gov.br>> Acesso: 20 de jul. de 2011.

_____.(2012). **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 19 ago. 2012.

_____.(2011).**Educação Especial**, Brasília, 2000. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp.> Acesso em: 18 jul. 2011.

_____.(1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Imprensa Oficial.

_____.(2011).**Lei Nº 8069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf.> Acesso em: 18 jul. 2011.

_____.(2011). **Lei Nº 10098 de 3 de fevereiro de 1994**. Disponível em: <<http://www.sindaf.com.br/lei.asp?idLegislacao=70>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

_____.(2011). **Lei Nº 10.845 de 5 de março de 2004**. Institui o programa de complementação ao atendimento educacional especializado as pessoas portadoras de deficiências, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=238436>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

_____.(2011). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: programa TEC NEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12779%3Aprograma-tec-nep&catid=190%3Asetec&Itemid=800> Acesso em: 20 jul. 2011.

ESPANHA. (1994) **Declaração de Salamanca**. Madri: s.e., 1994.

_____. (2002). **Declaração de Madri**. Madri: s.e..

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane da Silva; SANTAROSA, Lucila M. C. (2003). Abordagens na Cooperação e Colaboração na utilização de Ambientes de Aprendizagem mediados por computador pelos PNEEs com limitação visual. In: **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, UFRGS, v.6, n.1, p.41-54.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES (IFLA). (2009). **Bibliotecas para Cegos na Era da Informação**: diretrizes de desenvolvimento. Editado por Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Sköld. Trad. de Maria de Cléofas Faggion Alencar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 99 p. (Relatório profissional, 86).

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. (2011). Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>.> Acesso em 06 jul. 2011.

UNESCO. (2011).**Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien> Acesso em: 28 mar. 2011.

VALENTIM, Marta Pomim. (2000). **Profissionais da Informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis.